

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.472 - GO (2019/0010552-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : IRIS ALVES DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : ALTAIDES JOSÉ DE SOUSA - GO012098  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por IRIS ALVES DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

O recorrente foi condenado pela prática dos crimes previstos nos arts. 171, *caput*, 171, § 2º, I, 297, c/c 299, todos do Código Penal, tendo-lhe sido aplicada uma pena privativa de liberdade de 2 anos, 10 meses e 27 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, além de multa. Foi-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, pleiteando fosse-lhe concedido o direito de recorrer da sentença em liberdade. O Tribunal recorrido denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa:

**EMENTA - HABEAS CORPUS. CONDENAÇÃO. RECURSO EM LIBERDADE. NEGATIVA. FUNDAMENTAÇÃO.**

**IDÔNEA.** *Mostra-se fundamentada a sentença condenatória que negou o recurso em liberdade com base na recalcitrância do paciente (art 312 do CPP).*

*Ordem conhecida e denegada (fl. 160).*

No presente recurso, pugna, em síntese, pela concessão do direito de recorrer em liberdade da sentença que lhe foi imposta.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 234/235). Informações foram prestadas (fls. 239/256). O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 265/268).

Solicitei novas informações, tendo sido devidamente prestadas às fls. 273/303.

É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

Decido.

O presente recurso em *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, conforme informações do Juízo de Direito da Comarca de Campinorte/GO, bem como do Tribunal de origem, sobreveio o julgamento do recurso de apelação nos autos da Ação Penal n. 0086553-24.2008.809.0170, tendo sido extinta a punibilidade do paciente pela prescrição e, por conseguinte, determinado o recolhimento do mandado de prisão.

Desse modo, constata-se a prejudicialidade do presente *writ*.

Ante o exposto, com base no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator